



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 7/2011**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 11 de Fevereiro de 2011

Moção

A Saúde – o parente pobre da governação

A crise económica que se instalou em Portugal desde 2008 veio tornar mais clara a situação de rotura do modelo de governação da Saúde adoptado desde há pelo menos 10 anos.

Já sob o impulso do então Ministro Correia de Campos defendeu – se a empresarialização das instituições prestadoras de cuidados de saúde como requisito fundamental para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, qual panaceia que resolveria todos os males, e meteu –se na gaveta a reforma dos Serviços de acordo com a perspectiva defendida pela Organização Mundial de Saúde no seu Relatório Anual de 2000, posteriormente reafirmada na Assembleia Mundial da Saúde de 2005, que atribui aos Estados a responsabilidade pela garantia da prestação de cuidados de saúde de qualidade aos seus concidadãos através da organização de serviços de saúde adequados às necessidades.

Esta experiência de gestão, acompanhada de uma desregulamentação das carreiras profissionais, de orçamentos irrealistas e de desconhecimento, incompetência e inexperiência dos gestores para manter e acompanhar este novo tipo de governação da saúde veio a gerar uma profunda desestruturação das Instituições prestadoras.

Em consequência, assistimos à degradação das condições de funcionamento dos serviços, acompanhados pela criação de défices cada vez maiores e que no caso apenas dos Hospitais empresa atingiram a astronómica cifra de 1800 milhões de euros em 7 anos.

Para mais perdeu –se eficácia e sobretudo os cidadãos foram intoxicados por campanhas de autentica difamação dos serviços públicos, na tentativa de abrir caminho à privatização de muitos Serviços e em ultima análise ao seu racionamento.

A experiência (mais outra) falhada das parcerias públicas / privadas aí está para demonstrar esta evidência

E contudo o Serviço Nacional de Saúde mantém, pela qualidade e empenho dos seus profissionais, níveis de prestação e de eficiência que continuam a ser dos melhores entre muitos países quando directamente comparados, e a custos inferiores, de que o recente relatório da O C D E é exemplo (Portugal ficou em 5º lugar entre 31 países estudados)

A desmotivação dos profissionais perante este dia a dia de dificuldades e expectativas não preenchidas veio a conduzir à reforma antecipada de muitos, em especial médicos experientes, em contexto de grande escassez.

A consequência disto é a perda da garantia de cobertura de cuidados médicos para muitos cidadãos.

No Barreiro, a situação tornou –se particularmente grave, com a saída de muitos profissionais dos Cuidados Primários e do Hospital a provocarem roturas várias.

Desde logo, cerca de 23.000 cidadãos barreirenses deixaram de ter médico e família.

No Hospital (agora Centro Hospitalar) algumas valências desapareceram como é o caso da Dermatologia, e outras ficaram gravemente amputadas e incapacitadas para dar resposta à procura verificada.

Acresce a este cenário a persistência, durante longos períodos de tempo, de uma situação de gestão corrente e a ausência de uma clara definição estratégica para a nova estrutura entretanto criada para se perceber que apenas se pretende gerir o dia a dia, sem perspectivas de um efectivo desenvolvimento dos serviços.

Mantém – se ainda um teimoso incumprimento da lei, ao não ser nomeado o representante da Autarquia no Conselho de Administração do Hospital e ao não ser constituído o respectivo Conselho Consultivo.

Esta situação, recentemente analisada e denunciada pelo Observatório Municipal de Saúde, não serve ao Barreiro nem aos seus cidadãos.

Por isso, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em 11 de Fevereiro de 2011, decide:

1 – Manifestar a sua posição de defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde como o sistema mais justo, eficaz e economicamente sustentável de prestar cuidados de Saúde aos cidadãos.

2 – Neste contexto, afirmar a sua oposição e discordância aos significativos cortes efectuados nas verbas disponíveis para o Serviço Nacional de Saúde para o ano de 2011, sabendo – se que a Saúde tem vivido numa situação de suborçamentação crónica e que estes cortes conduzirão inevitavelmente a restrições na prestação de cuidados.

3 – Reafirmar a sua mais profunda reprovação pela forma como o Barreiro e os seus Serviços de Saúde têm sido considerados pela Tutela, nomeadamente repudiando qualquer tentativa de encerramento ou transferência de serviços ou de degradação do seu patamar de diferenciação.

4 – Reafirmar a necessidade de garantir a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos barreirenses e de melhorar o seu nível de qualidade, para tal exigindo à Tutela o reapetrechamento humano, técnico e logístico das Instituições envolvidas

5 – Considerar os Serviços de Saúde como factor decisivo para o desenvolvimento do território e exigir a sua adequação em termos de dimensão, diferenciação e enquadramento ao que esta previsto para a região, de forma a não constituir um entrave ao trabalho entretanto desenvolvido a nível local e regional.

6 – Exigir que sejam colmatadas de imediato as faltas verificadas em termos de profissionais que abandonaram os Serviços de forma a garantir o direito constitucional à saúde a todos os interessados.

7 – Exigir à Tutela o cumprimento da lei e das obrigações a que esta vinculada, nomeadamente através do programa de governo aprovado em 2009 e da legislação em vigor.

Aprovado por maioria, com 22 votos a favor da CDU e do BE, 10 votos contra do PS e 3 abstenções do PSD

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in black ink, reading "Frederico F. Pereira". The signature is written in a cursive, flowing style.

Frederico Pereira